

rense para possível tombamento definitivo; 2. Recuperar a ata e os encaminhamentos do parecer sobre o Edifício Jangadas do Mucuripe; 3. Encaminhar o parecer da Beira Mar para os conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o senhor Magela Lima agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às doze horas e eu, Neysia Aguiar de Aquino, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 07 de Agosto de 2014. **Francisco Geraldo de Magela Lima Filho - PRESIDENTE DO COMPHIC - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. José Jobber de Souza Pinto - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DO IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. Altemar da Costa Muniz - MEMBRO TITULAR DA UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Eveline Maria Cordeiro Brandão - MEMBRO SUPLENTE DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. Alexandre José Martins Jacó - MEMBRO SUPLENTE DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Elpidio Nogueira Moreira - MEMBRO SUPLENTE DA CMF - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Antônio Osmídio Teixeira Alencar - MEMBRO SUPLENTE DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. Ana Paula Gomes Bezerra - MEMBRO TITULAR DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Francisco Otávio de Menezes - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ.**

*** **

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 04/09/2014. Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às 9 (nove) horas, na sede da SECULTFOR, à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 61ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. A senhora Paola Braga, Secretária de Cultura e Presidente do COMPHIC, em exercício, presidiu a Reunião e após comprovar a existência de quórum, deu início à Reunião agradecendo a presença de todos e se apresentou a todos, justificando a ausência do Secretário Magela que encontrava-se de férias, no período de 04 de setembro a 04 de outubro do corrente ano. Relata que é a primeira vez que preside um Conselho e por não conhecer todos os conselheiros presentes, pede para que todos façam as suas apresentações. As apresentações tiveram início com o Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural, Jobber Pinto; seguido pela Secretária Executiva da SEUMA, Eveline Brandão; Clélia Lustosa, professora da UFC, geógrafa e membro titular deste conselho pelo IHGAC - Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Ana Paula Gomes, historiadora e membro titular pela ANPUH; Osmídio Teixeira, membro suplente da PGM; Alexandre Jacó, arquiteto e membro suplente do IPHAN; Socorro Câmara, membro suplente da SETUR. Em seguida leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos de 2014; 2) Leitura e aprovação das atas de 2014 (Janeiro a Agosto). A reunião tem início com a Presidente Paola Braga dando as boas vindas a todos e pedindo que antes de ler a pauta da reunião anterior, fosse feita a apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos, para em seguida se discutir e fazer a leitura, se necessário, de todas as atas. A conselheira Clélia Lustosa, coloca que em algumas pautas tem erros em seu nome e pede para corrigir e o conselheiro Osmídio Teixeira diz que não recebeu as atas e a presidente pede para a secretária do conselho que se verifique o e-mail que está sendo usado para enviar-lhe o material. Novamente pede que antes da leitura das atas e

suas modificações, seja feita a apresentação dos Festejos Juninos. Todos concordam e, assim, tem início a apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos, através da Gerente de Patrimônio Imaterial da CPHC, senhora Graça Martins, que fala da quantidade de grupos contemplados e os valores aportados nesse edital de acordo com as categorias definidas, da metodologia utilizada e seus resultados. Socorro Câmara aborda a questão das descaracterização das quadrilhas e questiona se a SECULTFOR dá algum tipo de orientação quanto a esse aspecto para as quadrilhas. A gerente Graça Martins responde negativamente, pois afirma que isso seria uma função da Comissão Cearense de Folclore e que a SECULTFOR apenas fomenta as quadrilhas, pois fazendo isso estaria também vetando a contemporaneidade e que devemos conviver com ela. Além desta ainda tem mais 2 (duas) entidades que devem trabalhar esses aspectos, que são a FEJUICE e a FEQUAJUCE. Com isso, tem fim a apresentação e a presidente passa para o próximo ponto da pauta que seria a leitura das atas de janeiro a agosto. Os conselheiros relatam que não receberam todas as atas e sim somente as atas de Maio, Junho e Julho. A presidente pede que sejam encaminhados novamente as atas de Janeiro e Agosto. Professor Altemar Muniz explica que normalmente aprova os encaminhamentos e coloca as modificações que tiverem, pois todos já lêem antes da reunião. Este ainda questiona se a pauta seria só leitura de atas e a senhora Socorro Câmara diz que já tinha sido feito anterior a chegada do mesmo a apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos. O professor ainda pergunta se não tinha nenhum parecer para ser aprovado e a presidente explica que ela, por ser a Secretária Executiva da SECULTFOR, está no lugar do secretário Magela Lima nesta reunião e durante o próximo mês, pois o mesmo encontra-se de férias. Por esse motivo e por não estar totalmente familiarizada com as questões que o secretário estava encaminhando, solicitou que a pauta desta reunião fosse a mais simples possível e que fossem deixados os processos para quando o mesmo retornasse. O professor Altemar Muniz porém coloca que acha interessante ser discutido neste Conselho o projeto que está tramitando na Câmara sobre o direito de construir, pois tem questões que acha prudente o COMPHIC se posicionar. Agradece o material encaminhado pelo senhor Osmídio Teixeira e levanta os pontos a serem discutidos por este Conselho como o fator de adequação; sobre os bens tombados, pois não fica claro o ponto sobre uma possibilidade da demolição destes bens por ocasião do direito de construir; enfim, essas e outras questões desse projeto que poderiam ser discutidas por este Conselho. Ressaltou ainda que o Vereador Elpidio Nogueira tinha falado da possibilidade de uma audiência pública para o debate desse tema. O senhor Osmídio Teixeira diz que no momento estão trabalhando no plano diretor e que por isso o outro tema estaria parado. Ainda diz que está sendo feita uma intervenção no projeto por parte do Conselho desde um posicionamento do mesmo na gestão passada e que só veio agora. Sugere que deve ser aberta uma audiência pública e esperava encontrar o Vereador Elpidio nesta reunião para que pudessem colocar pra ele que o COMPHIC quer participar e se posicionar sobre o assunto e que é legítima sua participação até mesmo na audiência pública. Lembra que na reunião de janeiro, conforme leitura que estava fazendo das atas, foi falado exatamente do assunto que se está debatendo na Câmara. Então finaliza deixando esta sugestão. A presidente Paola Braga lembra que os conselheiros podem encaminhar através do e-mail, sugestões de pautas, com antecedência para análise e inclusão das mesmas pelo presidente do Conselho e deixa como sugestão da próxima pauta de reunião esse projeto que está na Câmara. A presidente pergunta ao Dr. Osmídio Teixeira se o mesmo sabe qual a data para votação desse projeto de lei e o mesmo responde que tinha sido falado final de agosto, mas que o processo estava meio parado, em virtude também das campanhas eleitorais. Em seguida, a presidente dá prosseguimento à pauta e pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer na ata de 15.05.2014. O professor Altemar Muniz questiona que seu nome não está na lista para assinatura. A secretária do COMPHIC, Neysia Aguiar, lembra que na referida reunião ele

não esteve presente e que foi discutido o edifício Jangada do Porto do Mucuripe. O mesmo lembra e confirma que realmente não estava presente. O professor Altemar Muniz pergunta sobre a possibilidade da conselheira Ana Paula Gomes como titular da ANPUH ter seu nome e assinar em uma reunião que quem esteve presente foi o seu suplente Francisco Damasceno. A secretária do COMPHIC, Neysia Aguiar diz que não, pois o mesmo já assinou a lista de frequência e até pelo fato de que somente ele pode assinar atestando o que disse naquela reunião e explica que aqueles que não estão presentes para assinar a ata, serão procurados posteriormente para fazer o registro. Assim todos aprovam e assinam a ata do mês de 15 de maio de 2014. A presidente em seguida passa para a ata do dia 20 de junho de 2014, perguntando se alguém tem alguma alteração a fazer. Socorro Câmara lembra que essa foi a reunião polêmica da Praça Portugal onde foi pedido vistas ao processo. A professora Clélia Lustosa fala sobre uma parte da ata que considera polêmica e que acha que não deveria constar em ata questões como uma parte que fez a leitura: "...Dr. Vitor Studart pede a palavra e coloca que o conselheiro-ouvinte João Paulo Vieira faltou com a verdade, chamando-o de moleque e dizendo que o trabalho do mesmo seria desonesto..." Para a conselheira estas questões são complicadas para estarem em ata. Os conselheiros Alexandre Jacó e Socorro Câmara concordam que é difícil aprovar sem que nenhum dos envolvidos nesse momento da reunião estejam presente. O professor Altemar Muniz diz que se tiver quórum os presentes podem aprovar ou não a retirada desse trecho, mas diz que pelo que lembra da reunião quando o Vitor colocou a referida situação, o representante da PGM disse que, este querendo, poderia pedir para constar em ata para que assim pudesse entrar com processo, mas acredita que o Vitor não levará isso a diante. Mesmo assim, acha interessante ouvir o Vitor que foi o envolvido e se ele tem interesse em manter ou não e depois o conselho decide se deixa ou retira o trecho. Até mesmo como foi aprovado o que a SECULTFOR queria, acha que não seria interessante ter algo deste teor na ata. Acha interessante ouvir o Vitor, pergunta se o mesmo está na casa e se poderiam consultá-lo. A presidente pede para verificar se o mesmo está na Secretaria e pede para chamá-lo. Dr. Vitor Studart se apresenta na reunião e a presidente lhe explica que estavam fazendo a leitura da ata do dia 20 de junho de 2014 e que a conselheira Clélia levantou a questão de uma fala sua, sugerindo a retirada deste trecho e que todos gostariam de ouvir sua opinião. Clélia Lustosa diz que fica ruim registrar, tanto para um como para o outro, pois sempre haverá a dúvida se um foi chamado de desonesto ou não e se o outro falou isso mesmo ou não. Para ela questões que acontecem no calor da emoção não devem ser registradas como está na linha 148 a 151. Dr. Vitor Studart faz a leitura do trecho em questão e diz que naquele momento pediu para constar em ata esse fato, pois queria destacar a falta de respeito grave que ocorreu sobre a sua atuação profissional e que como advogado não pode deixar passar que uma conduta desta seja desprezada. Lembra que foi chamado de desonesto, pois segundo o conselheiro João Paulo Vieira, este teria faltado com a verdade sobre seu trabalho e por isso não pode deixar que seja retirado esse trecho. Ele insiste que deve constar em ata, apesar de que não tem a intenção em mover nenhuma ação judicial contra o mesmo, pois considera o trabalho deste muito relevante para a cultura e acha que ele se exaltou e assim acabou faltando com o respeito para com ele e seu trabalho. Dessa forma é contra a retirada do trecho da ata. A presidente concorda com o que foi relatado pelo Vitor e tem a concordância do professor Altemar Muniz. A professora Clélia Lustosa diz que pediu para retirar porque, uma outra conotação pode ter sido dada ao fato e por isso achava que, como o João Paulo não estava presente, ele não teria como confirmar que o que está escrito está correto. O professor Altemar Muniz diz que acha que pode ser votada sim a aprovação da ata, pois o Dr. Vitor Studart já colocou a parte dele e que o texto dá espaço à resposta do João Paulo e que, como historiador gostaria que os colegas futuramente possam ver esse acontecido. A professora Clélia Lustosa continua questionando o teor das palavras, pois não sabe se foi dito realmente como foi colocado, pois o

texto não é uma transcrição. A presidente lembra que as gravações estão disponíveis para consulta caso queiram verificar o conteúdo das atas. O Dr. Vitor Studart ratifica que tem as gravações para a comprovação dos fatos, assim como tem as testemunhas de que ele disse tudo conforme relatado, pois lembra que a ata está retratando sua fala durante a reunião e não fazendo juízo de valor sobre um ou outro. O professor Altemar Muniz relembra o momento da discussão na reunião passada e diz que na verdade houve o fato e que a ata, também, tem as respostas dadas pelo João Paulo. A presidente expõe que não deveria ser colocado em votação, mas o professor Altemar Muniz explica que a mesma não poderia usurpar essa função do Conselho e que ela pode colocar em votação a questão de retirar ou não o trecho. Caso seja decidido retirar, alguém deverá sugerir o novo texto para posterior aprovação. Professora Clélia Lustosa diz que retira sua proposta e que concorda que o trecho permaneça em ata. O professor Altemar Muniz pergunta onde ficam guardadas as gravações e a secretária do Conselho, Neysia Aguiar explica que ficam no computador, na CPHC, assim como tem uma cópia de tudo na Informática. A presidente pergunta então se há alguma alteração mais a fazer ou debater e a professora Clélia Lustosa pede apenas para corrigir o seu nome na linha 343 e na linha 350. Pede, também, para que sejam acrescentados os sobrenomes das pessoas e colocar o nome do representante da ANPUH ao final, que ficou faltando. Feitos os acertos, a ata do mês de junho foi aprovada. A presidente pergunta se há alguma consideração a fazer na ata do mesmo de julho e todos pedem que sejam acrescentados os sobrenomes, assim como corrigido o nome da professora Clélia Lustosa. Feitos os ajustes, a ata de julho é aprovada. Terminado os assuntos em pauta a professora Clélia Lustosa pede para fazer uma colocação onde faz a crítica quanto a pauta da reunião, pois considera que a reunião deve ser para discutir e aprovar pareceres, pois é muito desagradável as pessoas se deslocarem de seus trabalhos somente para aprovar e assinar atas. A presidente explica que é muito importante a aprovação das atas e suas assinaturas para a validação das discussões e decisões tomadas no Conselho. A professora Clélia Lustosa lembra que algumas pautas foram deixadas para depois e não voltaram mais ao COMPHIC e poderiam ter sido reapresentadas, pois houve reuniões demarcadas por falta de quórum outras interrompidas por problemas mais urgentes, dentre outros. A presidente relembra que as sugestões de pauta podem ser encaminhadas pelos Conselheiros por e-mail, com antecedência, para apreciação e inclusão. O conselheiro Alexandre Jacó questiona não ter outros assuntos para aprovar e diz que se tivesse tomado ciência do teor da reunião teria pedido ao superintendente para se ausentar, pois considera que a reunião do COMPHIC deveria ter mais importância do que as ausências do secretário. A presidente lembra que aprovação de atas são importantes e que não pode ser desmerecida, pois cerca de 5 atas que não haviam sido aprovadas. A professora Clélia Lustosa pede para saber a situação do processo do Colégio Dorotéias, como anda o acompanhamento e a situação do Náutico Atlético Cearense, que é tombado. A presidente fala que quem melhor poderia dar uma explicação era o representante da PGM, mas que infelizmente já tinha saído. O Dr. Vitor Studart fala que soube pela imprensa que houve uma audiência pública e que prevaleceu a lei do tombamento, mas não sabe de muitos detalhes e que realmente o conselheiro da PGM poderia dar melhores detalhes. O professor Altemar Muniz diz que a PGM continua do lado errado, pois continua se posicionando a favor da tese de que possa ser feita o desmembramento do processo de tombamento, o que considera muito sério. A conselheira Socorro Câmara pergunta sobre o que é a alteração da Lei Orgânica que a PGM está fazendo. O professor Altemar Muniz explica que a PGM é co-autora da idéia de que as piscinas e as quadras não estão dentro do entorno do tombamento e que podem ser feitas as 3 (três) torres e esse é o problema e um absurdo, tanto que a justiça decidiu a favor do tombamento e não permitiu a construção das torres por entender que aquela área é sim entorno. Fala que poderiam ter questionado o Dr. Osmídio Teixeira para saber se a PGM continuará como co-autora dessa

questão. Acrescenta ainda que as questões continuam paradas, pois nenhum conselheiro teve vontade política ou paciência para ir ao Ministério Público resolver logo essa questão. Considera uma ação indevida e que a PGM não pode ferir uma legislação municipal, por ser um órgão que está dentro de sua estrutura e simplesmente ignorar este Conselho. Explica ainda que a ida no Ministério Público seria para questionar a competência da PGM para ir contra uma lei municipal e assim questionar a posição da mesma quanto há casos como o Edifício Jangada no Mucuripe, pois o órgão parece um escritório de advocacia das construtoras e não um órgão público pertencente a prefeitura. A conselheira Ana Paula Gomes lembra que na reunião anterior o senhor Alênio Noronha falou que havia 63 processos, na CPHC, em abertos e assim ela gostaria de saber quais são estes processos e como está o andamento dos mesmos. A presidente diz que essa questão fica como sugestão para a pauta da próxima reunião. ENCAMINHAMENTOS: 1. Verificar e-mail do conselheiro Osmídio Teixeira da PGM para envio de atas e demais documentos do COMPHIC; 2. Encaminhar novamente as atas de Janeiro e Agosto; 3. Falar com o Vereador Elpídio Nogueira sobre possível apresentação na próxima reunião do COMPHIC sobre o projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de Fortaleza, sobre o direito de construir; sobre possível audiência pública e a participação do COMPHIC na mesma; 4. Apresentar a situação do processo do Colégio Dorotéias seu acompanhamento; 5. Apresentar a situação Náutico Atlético Cearense. Ver com a PGM; 6. Levantamento dos 63 processos de tombamentos em abertos e a situação/andamento dos mesmos. Nada mais havendo a tratar, a senhora Paola Braga agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às dez horas e quinze minutos, eu, Neysia Aguiar de Aquino, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 04 de setembro de 2014.

Paola Braga de Medeiros - PRESIDENTE DO COMPHIC EM EXERCÍCIO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA EM EXERCÍCIO. Jober José de Souza Pinto - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Altemar da Costa Muniz - MEMBRO TITULAR DA UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DA IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. Eveline Maria Cordeiro Brandão - MEMBRO SUPLENTE DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. Alexandre José Martins Jacó - MEMBRO SUPLENTE DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Antônio Osmídio Teixeira Alencar - MEMBRO SUPLENTE DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. Ana Paula Gomes Bezerra - MEMBRO TITULAR DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ.

*** **

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 02/10/2014. Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos, na Vila das Artes, à Rua 24 de Maio, número mil, duzentos vinte e um, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 62ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. A senhora Paola Braga, Secretária de Cultura e Presidente do COMPHIC, em exercício, presidiu a Reunião e após comprovar a existência de quórum, deu início à Reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Leitura e aprovação das atas de Janeiro, Junho, Agosto e Setembro de 2014; 2) Apresentação do Vereador Elpídio Nogueira sobre Projetos de Lei que tramita na Câmara Municipal de Fortaleza e que trata da transferência do direito de construir.

A reunião tem início com a Presidente Paola Braga perguntando se todos leram as atas e se teriam alguma alteração a fazer, tendo por início a ata da reunião de Janeiro. A conselheira Socorro Câmara pede a palavra e disse que recebeu todas as atas, mas que não teve tempo para lê-las e então perguntou se as mesmas poderia ser discutidas na próxima reunião. A presidente Paola pergunta a todos se preferem deixar para a próxima reunião ou se querem fazer a leitura das mesmas. O Dr. Vitor Studart diz que se todos concordarem pode ser postergado para a próxima reunião a leitura das mesmas. A presidente vê que essa é a vontade de todos e pede a senhora Neysia Aguiar que sejam encaminhadas novamente as atas para que possam ser discutidas e aprovadas na próxima reunião. Com isso a presidente Paola Braga passa para o item 2 (dois) da pauta que é a apresentação do Vereador Elpídio Nogueira sobre o Projeto de Lei que tramita na Câmara Municipal de Fortaleza sobre a transferência do direito de construir e já agradece a presença do Vereador Elpídio Nogueira em ter aceitado o convite e já passa a palavra ao mesmo. O vereador começa falando da Constituição de 1988, sobre o Estatuto das Cidades e a evolução da interpretação, nesses últimos tempo, do direito de construir. Até mesmo as questões do desenvolvimento sustentável mudaram da CF/88 para os dias atuais. Fala que o direito de construir não é algo novo, que vem sendo discutido há uns 30 (trinta) anos e que muitas vezes é necessário se fazer uma intervenção entre a vontade do poder público e do particular. Diz, ainda, que este instrumento está previsto no Estatuto das Cidades assim como no Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, que ainda não foi regulamentado. Fala que o direito de construir envolve diretamente a Lei de Uso e Ocupação do Solo e que isso deve ser levado em consideração até mesmo por causa do estoque que a cidade dispõe. O senhor Prisco Bezerra, arquiteto da SEUMA, complementa o assunto dizendo que como encontra-se no Plano Diretor é bastante reduzido o estoque que a cidade de Fortaleza dispõe para esse tipo de processo, que o interessante é rever e confrontar o direito de construir com a Lei de Uso e Ocupação do Solo. A presidente Paola Braga indaga o senhor Prisco Bezerra sobre a questão de baixar o teto de algumas cidades, se isto já está resolvido. Este responde que esta questão já está superada. O vereador Elpídio Nogueira continua sua explanação. O senhor Prisco Bezerra faz nova intervenção e explica sobre as áreas utilizadas pelo poder público. A presidente Paola Braga explica que entende o lado do poder público, mas pergunta se essas mudanças servem para qualquer interesse e é respondida pelo senhor Prisco Bezerra que explica que já existe algo e exemplifica com os casos das invações. O vereador Elpídio Nogueira continua sua explanação. O conselheiro Lucas Guerra da OAB faz um questionamento sobre se a propriedade de bem tombado passa a prefeitura ou não. O vereador Elpídio Nogueira responde juntamente com o senhor Prisco Bezerra que depende, pois pode ser total ou parcial, onde a pessoa continua com a posse. E o vereador continua a apresentação, onde explica o caminho que o processo percorre na Câmara Municipal de Fortaleza, diz que este projeto de lei deverá ser votado nos próximos meses, pois está aguardando relator e agradece a presidente Paola Braga pelo convite para a realização dessa palestra. A presidente Paola Braga comenta sobre o baixo valor da multa aplicada a quem descumpra e destrói os bens. Dr. Vitor Studart, coordenador da Assessoria Jurídica da SECULTFOR, responde que há um pedido do Vereador Evaldo Lima sobre esse assunto na CMF. O arquiteto Prisco Bezerra explica que há alguns instrumentos do Plano Diretor que devem ser levados em consideração como a Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Dr. Osmídio Teixeira sugere que seja feita uma audiência pública para saber se este projeto de lei deve virar Lei Ordinária ou Lei Complementar. O vereador Elpídio Nogueira explica que houve uma discussão na Procuradoria sobre este assunto e que chegou-se a conclusão que deveria ser uma Lei Ordinária. A presidente Paola Braga sugere que sejam convidados para falarem de suas experiências nesses assuntos, alguém do poder público de Minas Gerais ou da Bahia. O Vereador Elpídio Nogueira diz que logo que seja nomeado um relator, pedirá uma audiência pública para tratar